

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.435.392 - MG (2019/0017399-4)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
ADVOGADO : NEY JOSE CAMPOS E OUTRO(S) - MG044243N
AGRAVADO : JOSE CARLOS NAIS
ADVOGADOS : JOSE FRANCISCO VERONESI - MG076870N
LEANDRO SIMONCELLI E OUTRO(S) - SP165533

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. no qual se discute, entre outras questões, o cabimento ou não de multa cominatória na exibição, incidental ou autônoma, de documento relativo a direito disponível, na vigência do CPC/15.

1. A matéria veiculada no recurso em análise foi afetada pelo Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, sob o rito dos recursos representativos da controvérsia, à Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça nos autos do REsp 1763462/MG e do REsp 1777553/SP, vinculados ao Tema n. 1000.

Assim, é imperiosa a devolução dos autos ao Tribunal de origem para observância da sistemática dos recursos repetitivos, consoante determina o artigo 256-L, inciso I, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, a saber:

Art. 256-L. Publicada a decisão de afetação, os demais recursos especiais em tramitação no STJ fundados em idêntica questão de direito:

- I - se já distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem, para nele permanecerem suspensos, por meio de decisão fundamentada do relator;
- II - se ainda não distribuídos, serão devolvidos ao Tribunal de origem por decisão fundamentada do Presidente do STJ.

Ressalta-se que *"somente depois de realizada essa providência, que representa o exaurimento da instância ordinária, é que o recurso especial deverá ser encaminhado para esta Corte Superior, para que aqui possam ser analisadas as questões jurídicas nele suscitadas e que não ficaram prejudicadas pelo novo pronunciamento do Tribunal a quo"* (REsp 1.361.535/MG, Rel. Min. Gurgel de Faria, DJe 8/2/2017).

Vale lembrar, ainda, que a competência para aplicação da sistemática de recursos repetitivos é do Tribunal de origem, a teor do disposto no artigo 543-C do CPC/73, atual artigo 1.040 do CPC/2015. Aplicação analógica da interpretação dada pelo STF à sistemática do artigo 543-B do CPC/1973.

2. Ante o exposto, determino a devolução dos autos à origem, com a devida baixa nesta Corte, para que o recurso especial subjacente permaneça suspenso até o pronunciamento definitivo do STJ sobre o tema n. 1000, nos termos do artigo 1.037, inciso II, do CPC/2015 e, após, observe-se a sistemática prevista nos artigos 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Cumpra-se.

Brasília (DF), 19 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

